

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

PRESIDENTE

DEPUTADO MAURO BRAGATO – PSDB

19/08/2015

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****19/08/2015**

O SR. JORGE MACHADO – A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo dá as boas vindas mais uma vez a todos que responderam ao convite da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento que este ano está realizando 21 audiências públicas do orçamento 2016.

Neste momento eu passo a palavra ao presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, deputado Mauro Bragato, para a abertura desta sessão extraordinária.

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Uma boa tarde a todas e todos. Eu quero em nome não só da minha Comissão, mas da Assembleia Legislativa, agradecer a presença de todos, dizer que esta é a quarta audiência pública que estamos realizando neste ano.

Já estivemos em Embu das Artes, Santo André e Mogi das Cruzes, amanhã estaremos em Jundiaí e na sexta em Piracicaba. Ao todo serão 21 audiências públicas e a preocupação que temos praticamente é a mesma desde 2006 que é ouvir, coletar informações não só procurar emendar, mas também encaminhar à Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo.

A preocupação da Assembleia Legislativa é buscar aproximação cada vez maior com a população e cada vez maior fazer com que, cada vez mais fazer com que as pessoas conheçam o orçamento, definam prioridades. Especialmente nesses tempos que nós estamos vivendo de queda de arrecadação e retração econômica.

Então, eu queria dizer que a Assembleia Legislativa os recebe, agradecemos. Eu gostaria de convidar o Maurício Hoffmann que representa aqui a Secretaria de

Planejamento do Estado de São Paulo. Agradecer ao secretário Marcos Monteiro por ter nos enviado um representante e a seguir nós vamos passar para o Jorge, o nosso organizador aqui deste evento.

O SR. JORGE MACHADO – Só para falar da dinâmica desta audiência pública para quem está chegando pela primeira vez, ela é dividida em três partes. Todos que se inscreverem previamente há uma lista no cerimonial. As pessoas, até no número de 20 pessoas vão poder fazer uso desta tribuna e fazer a sua consignação e o seu pedido, a sua sugestão ao orçamento/2016.

Rogamos que o façam por um período de tempo mais ou menos de três minutos. Depois a gente passa a palavra aos deputados que estiverem na Mesa para as suas considerações lembrando que todos também devem consignar as suas sugestões nesta ficha que foi entregue durante a inscrição.

Há também, como vem acontecendo nos últimos três anos, as sugestões de prioridades, além das sugestões que são elencadas para o orçamento, há também as prioridades regionais. Lembramos que esta audiência pública concentra os pedidos, as recomendações, as sugestões do orçamento da região metropolitana de São Paulo, são 39 municípios, mas já sabemos que a inscrição inclusive de prefeitos, vereadores, vice-prefeitos de outras cidades do interior, também podem fazer seus pedidos ao orçamento.

Para entender um pouco como funciona a seleção dessas prioridades a gente vai passar agora um vídeo que foi produzido pela TV Assembleia São Paulo que mostra como é feito, como é discutido, como é entabulado o orçamento para 2016. Vamos ver.

* * *

É feita a apresentação do vídeo.

* * *

A TV Assembleia passa a transmitir diretamente do Auditório Franco Montoro do Palácio Nove de Julho, sede do Poder Legislativo do Estado de São Paulo, a quarta audiência pública do Orçamento/2016, uma realização da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Lembramos que na sequência, sessão plenária diretamente do plenário Juscelino Kubistchek também a transmissão ao vivo desta audiência pública pela TV Web. Vamos à composição da Mesa, aliás, Mesa que já está composta, deputado Mauro Bragato, presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, também o deputado Coronel Camilo, o deputado Orlando Bolçone, deputado Teonilio Barba, também Dr. Maurício Hoffmann, da Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo.

E conosco também a deputada Ana do Carmo, também o deputado que acaba de chegar, deputado Estevam Galvão. Gostaria ainda de anunciar as presenças de Ademir Zanobia, prefeito de Leme, Olavo de Castilho Junior, secretário municipal de governo, de Leme. Odecio Rodrigues da Silva, prefeito de Lourdes, Ireu Berigo, vice-prefeito de Lourdes.

Marcelo Barbosa representando o secretário Marcos Monteiro, secretário estadual de Planejamento e Gestão, Fagner Vinícius Bussi, vereador em Lucélia. O Vereador Guti do município de Guarulhos. Também sempre bem vindo Sylvio Micelli presidente estadual da Comissão Consultiva Mista do IAMSPE. Derly Barreto e Silva Filho, presidente do SINDIPROESP, Sindicato dos Procuradores do Estado das Autarquias, das Fundações e das Universidades Públicas do Estado de São Paulo.

Herbert Seabra, presidente da Associação dos Nordestinos de Guarulhos, Maria do Socorro Alves, presidente da Associação Beneficente Nosso Sonho de Itaquera. Rafael Gandara D'Amico, defensor público, representando a Defensoria Pública do Estado de São Paulo sempre bem vindo também.

Fábio Siqueira coordenador do MRCONOP, Movimento dos Conselheiros do Orçamento Participativo, ao longo desta audiência vamos nomeando autoridades presentes. Com a palavra o deputado Mauro Bragato.

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Vamos dar início então, à nossa oitiva. Tem a palavra o Dr. Tuccilio que é presidente da Confederação Nacional dos Servidores Públicos.

O SR. ANTONIO TUCCILIO – Caro deputado Mauro Bragato, presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, o qual eu cumprimento a todos os deputados, amigos nesta Casa em que participamos muito dentro do Orçamento.

Caros companheiros, amigos de todas as entidades presentes. Além de estar falando em nome da Confederação Nacional de Servidores Públicos, também falo agora em nome da nova Central. A Central pública, a Central de Servidores Públicos, aquela que realmente vai agora defender e valorizar o servidor público.

Eu queria senhor presidente dizer que nós estamos mais uma vez participando desta audiência sobre Orçamento/2016. Infelizmente mais uma vez a gente está antecipando porque o Orçamento não foi sequer publicado, né? O Orçamento só vai ser encaminhado no final de setembro e na verdade a gente tem que fazer uma análise de alguma coisa que a gente ainda não conhece.

É um problema sério esse, não é? E na verdade o que eu quero colocar é que o servidor público está sendo desvalorizado cada vez mais, né? A LDO tem que dar, a Lei de Diretrizes Orçamentária tem que dar um caminho, uma diretriz e ela não deu nenhuma diretriz do servidor público. Ela não coloca nada que possa ter pelo menos o cumprimento da Constituição Federal no seu artigo 37 inciso 10 quando diz que é necessário ter a reposição salarial pelo menos com a inflação no período e já estamos chegando a 10% de inflação gente! Dez por cento que é muito sério e muito grave.

Então, temos uma data base aqui do mês de março e que na verdade a gente levou, não levou, quer dizer, aprovamos e não levamos porque na verdade não se cumpre a data base e os servidores são realmente esquecidos, né?

Eu quero colocar como a grande coisa do servidor, a grande coisa forte do servidor são os professores. Está aqui a APAMPESP representada pela professora Wally Luhmann. Eu quero cumprimentar e dar uma salva de palmas aqui para o APAMPESP porque...

(Palmas.)

Porque ela está sempre movimentando, mostrando a necessidade principalmente dos professores, dos aposentados que trabalharam tanto tempo e não conseguem ter um mínimo de respeito dentro do Orçamento, né?

E, além disso, nós temos uma série de problemas que são as demais carreiras, todas elas, mas eu quero colocar um problema sério que é o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público, IAMSPE.

Na verdade o IAMSPE é preciso, é necessário os deputados precisam pensar nesse problema que 2%, igual ao servidor realmente coloca para o hospital, nós também temos que ter participação do estado. Quantos e quantos anos nós falamos isso? Sempre falamos em todas as audiências públicas.

Em uma ocasião nós chegamos a aprovar uma emenda, ela foi aprovada aqui no Legislativo e na verdade foi vetada pelo governador então, Claudio Lembo. Foi vetada, que era progressivo, não era nem os 2%, era 0,5% ao ano gradativamente até atingir 2%. Isso é necessário, principalmente as obras do hospital que estão paralisadas hoje. É preciso que se coloque recurso para concluir a primeira etapa das obras do Hospital do Servidor Público, necessário, importantíssimo.

Eu queria colocar também presidente, que o problema dos precatórios é outro problema sério que nós enfrentamos porque já faz 33 anos que quem tem precatório vive essa história de não receber. A Constituição de 88 deu oito anos, a emenda complementar número 30 deu mais 10 anos e a emenda complementar 62 deu mais 15 anos. São 33 anos, a idade de Cristo, para poder receber o precatório.

E o que aconteceu? A Confederação entrou com uma ação junto com outras entidades e nós conseguimos reverter isso no Supremo Tribunal Federal, foi aprovada a modulação que diz que no máximo cinco anos precisa ser pago os precatórios e agora estão movimentando, prefeitos, governador, etc. de São Paulo querendo outra PEC para mudar outra vez tudo isso.

Isso não pode acontecer, é preciso pagar o precatório, é preciso que no Orçamento de 2016 tenha a quota referente ao ano da modulação que foi aprovada pelo Supremo Tribunal Federal. Nós precisamos acompanhar isso e exigir que seja pago, que não haja outra PEC como estão pleiteando aí, para que todos os que têm precatórios não recebam absolutamente nada.

Então, é preciso que nós nos unamos, é preciso que as entidades se unam para pleitear junto ao governador, para pleitear junto aos deputados que têm que fazer o seu papel, tem que realmente verificar aquilo que é importante e que é de justiça que se coloque a favor do servidor público e de toda a população do estado de São Paulo. Muito obrigado presidente.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Ok. Deputada Ana do Carmo tome assento à Mesa. Ok? Eu queria então, convidar o Sylvio Micelli que é da Comissão Consultiva Mista do IAMSPE, que está com a palavra.

O SR. SYLVIO MICELLI - Boa tarde a todos. Boa tarde deputado Mauro Bragato, presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em nome do qual eu saúdo todos os demais parlamentares e representantes do governo. Quero também saudar os meus companheiros aqui do funcionalismo e das entidades civis aqui presentes.

O nosso presidente da Confederação Nacional dos Servidores públicos Antonio Tuccilio já roubou boa parte do meu discurso, até porque normalmente eu venho aqui nas audiências como presidente estadual da Comissão Consultiva Mista do IAMSPE, que é uma plenária de entidade que milita em prol do instituto e que o deputado Mauro Bragato nos conhece de longa data, que a gente sempre pleiteia aqui a necessidade da contribuição paritária do governo na mesma proporção que a contribuição de nós servidores, na proporção de 2% dos vencimentos porque na verdade é aquilo que o

IAMSPE arrecada só com o nosso salário se mostra insuficiente para prestação do atendimento médico e ambulatorial a um milhão e 300 mil servidores.

Então, isso é uma coisa que nós temos repetido desde o início deste trabalho que a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento começou há aproximadamente uma década. Mas, eu vou como diria o grande filósofo e pensador francês Michel Foucault, eu vou seguir a ordem do discurso do Tuccilio e vou solicitar ao Poder Legislativo do Estado de São Paulo carinho no trato com o funcionalismo público do estado de São Paulo.

Não apenas na questão do IAMSPE. Eu poderia falar como falei aqui do IAMSPE eu poderia falar aqui do projeto de lei 56 dos meus amigos oficiais de justiça que estão lutando aqui desde o início do ano pelo nível universitário. Eu poderia falar do PL 06 dos meus amigos assistentes sociais e psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que depois de muito sacrifício conseguiram a aprovação de forma reduzida para contratar psicólogos e assistentes sociais para atender ao cidadão.

Então o que boa parte está acontecendo aqui no Poder Legislativo não é um desrespeito aos servidores públicos na questão salarial bem lembrada como o Tuccilio fez, não é apenas a questão da contribuição para o IAMSPE para que o servidor público tenha um atendimento médico e ambulatorial digno a si, aos seus dependentes e aos seus agregados. Não é apenas a questão do oficial de justiça do nível superior para que possa prestar ainda melhor serviço de qualidade ao cidadão, não é apenas a contratação do assistente social e do psicólogo no Tribunal de Justiça.

E eu poderia aqui falar dos nossos amados e queridos professores aposentados, dos nossos professores da ativa que não têm condições dignas de trabalho, dos nossos colegas da saúde, dos nossos colegas do sistema prisional, enfim, de todas as carreiras do funcionalismo porque o que está se fazendo é um desmonte do serviço público há muito tempo.

Então, o que a gente vem aqui pedir no orçamento, na audiência aqui na capital, na sede do legislativo de São Paulo, na audiência da Lei Orçamentária do ano de 2016 é respeito, é para que o servidor público tenha o seu salário garantido, é para que o servidor público tenha a sua condição de saúde garantida porque no final quem vai ser beneficiado não é apenas o servidor público, é principalmente o cidadão que aparece

aqui no vídeo institucional como maior estado do país, como o que mais arrecada e o que mais gasta mal porque todo mundo arrecada isso ou aquilo e o estado de São Paulo é um dos que mais mal paga os seus servidores. Então alguma coisa está errada.

Então o que nós queremos no orçamento é respeito ao ditame constitucional do artigo 37, inciso 10 da reposição salarial anual, dos precatórios alimentares, mais de 100 mil credores já morreram sem receber em vida o direito legítimo ao pagamento dos precatórios alimentares.

O nível superior do oficial de justiça, mais psicólogos e assistentes sociais principalmente, tem companheiros aqui de Itaquera, tem companheiros aqui de regiões mais distantes do município de São Paulo que talvez não saibam que hoje no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para você marcar uma audiência de instrução em causas de família estão marcando para 2017. Uma criança em situação de risco com uma audiência em 2017, quando chegar em 2017 ou ela morreu ou a coisa se resolveu de alguma outra forma.

Então o que nós queremos cobrar do Legislativo é uma postura firme diante do Poder Executivo do Estado de São Paulo. A gente entende as questões políticas, a gente entende as emendas parlamentares, mas o servidor público, nós, essa camada de três milhões e meio de vidas entre servidores públicos, dependentes e agregados, não podem mais ser desrespeitados como tem sido há pelo menos 20 anos.

E a gente espera que nessa nova legislatura iniciada agora 15 de março até 2019 a gente consiga pelo menos recuperar boa parte da dignidade do servidor público do estado de São Paulo. Muito obrigado a todos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Obrigado Sylvio. Tem a palavra a professora Wally Luhmann. Está certo, Wally? Nossa presidente da APAMPESP está com a palavra.

A SRA. WALLY LUHMANN – Boa tarde a todos. Senhor presidente, senhores deputados, eu me sinto pela primeira vez muito, muito, companheiros pulei vocês, desculpe.

Mas eu me sinto muito lisonjeada de ser assim a primeira da fila praticamente para falar, e o pior é que eu não tenho nada de novo para falar, eu só posso repetir o que já foi falado aqui e infelizmente é o que nos acontece.

O que nós temos a ver é que talvez seja novidade para alguns poucos que estejam aparecendo por aqui, mas o que nós temos a falar, as nossas lutas são sempre as mesmas e a da APAMPESP em primeiro lugar é uma luta já de praticamente 10 anos por uma terrível injustiça feita ao professor aposentado na lei 836/97. Estou sendo boazinha, né?

Noventa e sete, que tirou direitos conquistados pelo professor assim como todos no decorrer, todo funcionalismo no decorrer do seu trabalho vão armazenando progressões, mérito, de várias maneiras adicionais, mas vão...

Vamos falar, vou resumir, como se fosse pontos e promoções, acontece que a 836 tirou do professor aposentado, tirou de todos os professores méritos, promoções que haviam armazenado todo o tempo. Quem ainda estava na ativa conseguiu recuperar aquilo que perdeu, mas nós aposentados não conseguimos e amargamos o início da carreira as referências iniciais do início da carreira desde 1997.

Já se mudou algumas vezes várias leis para o Magistério, mas nós carregamos o peso daquilo que nós perdemos lá atrás. Então, mais uma vez quem sabe agora nessa nova Assembleia juntando o que nós já começamos que são excelentes e esses novos tenham um pouco de piedade do professor aposentado para que aqueles que ainda não se foram como, por exemplo, a nossa grande líder professora Zilda, já se foi e não conseguiu reaver o que foi perdido, mas quem sabe nós ainda vamos poder conseguir recuperar essas referências, essas promoções que nós perdemos especialmente na 836.

Outra coisa que eu gostaria de falar. Infelizmente nós precisamos do Hospital do Servidor. Vou passar um pouquinho para o outro lado, o Hospital do Servidor todo ano, a todo tempo sempre nós estamos aqui pedindo para o Hospital do Servidor e nunca é dada uma atenção devida, uma atenção em forma de poder suportar.

Nós conseguimos, nós convivemos com o professor Sylvio, nós acompanhamos quantas pessoas que precisam desesperadamente de um hospital. Outro dia, eu vou contar, vou falar um fato que é recente, me pediram para providenciar a remoção de uma pessoa daqui, do interior para cá para o Servidor, haviam conseguido lugar para esta pessoa, mas não tinha uma condução. E era essa pessoa mais esse doente muito mal, a esposa dele e tinha uma outra pessoa numa cidade próxima também.

Todos desesperados porque não havia atendimento na cidade lá onde estavam e só o Servidor poderia resolver a situação. Eu simplesmente fiz um ofício para o prefeito que, por favor, oferecesse a condução, uma ambulância para que eles pudessem vir. Esse prefeito foi maravilhoso, para começo de conversa ele conseguiu lugar no hospital para as pessoas que estavam doentes e ainda uma pensão onde a pessoa de outra cidade pudesse ficar aguardando.

Então às vezes a gente bate em alguma coisa que ajuda e que alegra, mas o problema está aí. Foi um problema solucionado, mas é constante. O Sylvio acabou de falar do Servidor. Ninguém conhece melhor o Hospital do Servidor do que o Sylvio. Desculpe falar, mas há muitos anos ele luta pelo Hospital do Servidor.

Outra coisa que nós sentimos muito agora é na previsão orçamentária, talvez tenha agora, mas não feito. Porque anualmente nós temos o nosso, todo ano nós temos o nosso aumento salarial, uma revisão. Muito pouco quase sempre, mas temos, e no Magistério era 15 de março para todo o funcionalismo, mas houve há quatro anos um pacote para quatro anos. Então o Magistério recebeu já um pacote pronto para quatro anos.

Só que este pacote acabou agora no mês de julho e não tivemos nada e nem uma conversa, ninguém toca no assunto como é que vai ficar o Magistério. Então não se esqueçam daquilo que nós já perdemos lá atrás e agora temos que conviver com esta diferença de nenhum aumento este ano.

Nós sabemos por que primeiro ouvimos falar que estavam estudando, estava em estudo na Secretaria da Educação. Insistiram que só dependia talvez do governador e depois veio esse grande problema nosso aqui e então não vai se dar nada para ninguém? E nós que já vínhamos, professores aposentados, já vínhamos de uma diferença, uma defasagem muito grande, esse ano nada? Já deveríamos ter recebido se houvesse o

aumento no holerite de agosto. Mas não, não tem nada lá, nada além do que foi dado o mês passado e que é, me desculpem falar, mas é uma miséria.

E para completar só para fazer vezes ao funcionalismo, engrossar a fileira, os precatórios, o pagamento dos precatórios. Há quanto tempo nós pedimos, pedimos. Parece que a gente vem sempre aqui para falar as mesmas coisas. Quem sabe vai mudar isso logo, logo? Por favor, tá? Obrigada e desculpe ter repetido umas coisas né deputado Bragato? Obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Está certo. Tem a palavra o Sr. Derly Barreto, presidente do Sindicato dos Procuradores do Estado, das Autarquias, Fundações, Universidades Públicas do Estado de São Paulo.

O SR. JORGE MACHADO – Enquanto o Sr. Derly se aproxima do púlpito eu gostaria de anunciar a presença da deputada Marcia Lia a quem eu convido para a Mesa dos trabalhos, e faço anunciar a presença do deputado Enio Tatto, primeiro secretário da mesa diretora desta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – E já convidar o vereador Guti de Guarulhos.

O SR. DERLY BARRETO E SILVA – Boa tarde a todos. Senhor presidente deputado Mauro Bragato em nome de quem eu cumprimento as demais autoridades presentes. Cidadãs, cidadãos presentes no exercício do seu direito constitucional à participação política, algo que sempre devemos festejar.

Compareço a esta audiência pública, fiz algumas notas por questão de objetividade. Compareço a esta audiência pública com o propósito de solicitar aos senhores deputados desta Assembleia Legislativa que atentem para os vários problemas, vários graves problemas detectados e documentados pela Corregedoria Geral da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, problemas estruturais graves que há vários anos afetam à PGE e que não tem encontrado soluções satisfatórias à míngua de recursos e de uma gestão eficiente dos recursos que estão destinados à Procuradoria Geral do Estado, instituição constitucionalmente responsável pela consultoria jurídica e pela defesa do estado em juízo, em causa social e economicamente relevante.

É sabido que os órgãos de advocacia pública e a Procuradoria Geral do Estado é um deles, administra uma dívida ativa, uma cobrança de dívida ativa na ordem de trilhão de reais. A União, por exemplo, tem uma dívida ativa do montante de um trilhão de reais, os estados todos têm uma dívida ativa que somada monta algo em torno de 500 bilhões e os municípios 200 bilhões que o estado de São Paulo tem para cobrar na sua dívida ativa 288 bilhões de reais. É mais do que o orçamento anual do estado.

Faço questão de repetir, 288 bilhões de reais, e esse dinheiro seria possível de ser cobrada se a PGE tivesse condições efetivas, meios e recursos para tanto. Hoje temos, só para dar o exemplo do nosso sucateamento, 81 casos de procurador do estado, o PLC 25 recentemente aprovado por esta Casa serão 251 cargos vagos de procurador do estado, mas no entanto falta-nos viaturas, contadores.

Como é que vamos nos defender de causas milionárias que contribuintes ajuízam contra o estado se não temos condições de verificar cálculos nós mesmos, porque não somos formados em contabilidade, temos de fazer estes cálculos. Faltam-nos contadores, equipamentos e materiais de trabalho. Faltam servidores de apoio, faltam instalações adequadas para os procuradores trabalharem, mas sobra excesso de trabalho. Há colegas que, por exemplo, executivos fiscais têm bancas sozinhos de mais de 10 mil processos.

Há quem interessa o sucateamento da Procuradoria Geral do Estado? O desempenho eficiente das atribuições dos procuradores do estado que não se limita a cobrar vultosas dívidas tributárias depende fundamentalmente de um meio ambiente,

condições de trabalho, de apoio, dignos, adequados e apropriados tecnicamente. Certamente poderíamos arrecadar mais e defender melhor o estado e conferir maior segurança jurídica às políticas públicas se nos fossem garantidos os recursos suficientes para tanto.

Todavia, como apontado recorrentemente pela Corregedoria Geral da Procuradoria Geral do Estado, as condições de trabalho dos procuradores do estado não são ideais, palavra da Corregedoria da Procuradoria Geral do Estado. Há muitos de nós que trabalham em salas sem aeração, sem ar condicionado, sem janelas antirruído. É impossível que nós levemos a cabo e a efeito com sucesso um trabalho intelectual com, no ambiente de calor, barulhento e em ambientes labirínticos e abafados, instalações que contam com um banheiro para uso de mais de 100 pessoas fora o público que frequenta as audiências da Procuradoria Geral do Estado.

Prédios mal conservados sem segurança, sujeitos a furtos de patrimônio. Ano passado, eu lembro aqui o episódio, o Ministério Público denunciou uma quadrilha que furtava processos fiscais milionários da Procuradoria e do Tribunal de Impostos e Taxas. Esse é um fato alarmante, colegas têm tido os seus pertences roubados nas plenas dependências da Procuradoria. A quem interessa o sucateamento da Procuradoria Geral do Estado? Pergunto novamente.

A Corregedoria Geral da Procuradoria Geral do Estado também atesta a insuficiência de servidores de apoio, circunstâncias que vem obrigando os procuradores do estado a realizar tarefas de natureza administrativa. Nós somos obrigados a tirar fotocópias de documentos e inserir documentos em processos eletrônicos. Hoje em dia os processos são majoritariamente eletrônicos e a gente passa meia hora fazendo um processo e duas inserindo esses documentos eletrônicos. Eu já vou me encaminhando para o final, senhor presidente.

A quem interessa o sucateamento da Procuradoria Geral do Estado? É a pergunta que faço. Os colegas da Corregedoria Geral da Procuradoria Geral do Estado também já denunciou isso, os colegas estão desinteressados, os colegas estão migrando para outras carreiras jurídicas.

A Procuradoria Geral do Estado se torna uma carreira de passagem e isso vai resultando num problema bastante grave para a representação judicial e extrajudicial do

estado e isso deve ser levado em consideração na peça orçamentária e é isso o que eu peço para os senhores. Atentarem para a necessidade de robustecer a Procuradoria Geral do Estado face às suas altas atribuições e face também às novas atribuições que se impõe a ela.

Por exemplo, a mediação de conflitos, a desjudicialização dos conflitos. É importante que nós possamos exercer adequadamente essas funções novas e as antigas que temos por exclusividade exercer. Muito obrigado, e boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Muito obrigado. Vereador.

(Palmas.)

O SR. ENIO TATTO - PT - Pela ordem presidente.

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Pela ordem, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Boa tarde a todos. Senhor presidente eu estava na minha sala no meu gabinete e estava transmitindo ao vivo a audiência do orçamento e quando chega 14h30 obviamente entra o pequeno expediente na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Eu pediria que V. Exa. conversasse com o presidente, com a Casa para que continuasse transmitindo ao vivo. Eu acho que é muito importante, é uma vez por ano, né? Para todo o estado de São Paulo, e o pequeno expediente fosse suspenso, acho que não teria problema nenhum. Lá normalmente é um ou dois deputados que falam e nessas alturas já devem ter falado. Eu pediria que V. Exa. entrasse em contato com a

presidência para que continuasse transmitindo essa audiência pública e essas intervenções importantes de todos os presentes aqui.

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Deputado, com o apoio de V. Exa. que é membro da Mesa Diretora eu farei isso. (Risos.) Vereador com a palavra, e já convidado o Sr. Herbert Seabra, de Guarulhos, Guti.

O SR. GUTI GUSTAVO - Muito boa tarde a todos. Senhor presidente deputado mauro Bragato, é um privilégio, uma honra estar aqui com uma plateia tão seleta, interessados no município, nas causas municipais.

Cumprimento também o presidente da Casa deputado Fernando Capez o qual cumprimento toda a Mesa, a todos os deputados. Agradeço a oportunidade de vocês abrirem a Casa e ouvir o município, ouvir realmente quais são as demandas locais que cada ente do estado necessita. Sabemos que o estado é muito grande tem muitos municípios, 645 e obviamente que cada necessidade de cada região é diferente uma da outra.

A minha cidade Guarulhos está muito mal financeiramente infelizmente. Nós hoje devemos 2.5 bilhões de reais aproximadamente para a SABESP, mas, mais as dívidas do ano passado e a essa se somadas chegam a três bilhões em conjunto com a dívida da SABESP.

Nosso orçamento é de quatro bilhões, praticamente estamos chegando perto de dever o nosso orçamento anual, toda a nossa dívida. Então eu venho aqui e não tenho vergonha, eu venho aqui passar o penico aqui nesta Casa, não tenho vergonha de usar este termo, mas nós precisamos ser socorridos, né?

Passar o penico. Tem gente que fala passar o chapéu, eu falo passar o penico porque ajuda a gente, nós precisamos de ajuda. A cidade precisa e eu venho aqui e se o senhor presidente, preferir, eu gostaria de encaminhar pessoalmente pra V. Exa. nós fizemos 18 sugestões aqui, obviamente que devidamente protocoladas no site da

Assembleia, mas eu gostaria de deixar em mãos pra que a gente possa pelo menos dar andamento e que consigamos algo para a nossa cidade.

Desde 2010 nós sempre participamos dessas audiências públicas e sempre encaminhamos algo. Então, mais uma vez eu agradeço e que vocês possam socorrer a nossa cidade, né? Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Ok vereador. A presidência recebe a documentação. Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Herbert Seabra da Associação dos Nordestinos de São Paulo, e já convido a Dona Maria do Socorro Alves da Associação Beneficente Nosso Sonho de Itaquera.

O SR. HEBERT SEABRA - Eu quero dar uma boa tarde a todos os companheiros que estão nos ouvindo. Parabenizar à Mesa de que todos esses orçamentos nós participamos e a gente tem visto, até parabenizar, o vereador esqueceu de falar aqui que um pedido nosso através do orçamento agora acordou o governador e está levando a FATEC lá pro Parque Cecap que é um pedido do vereador também, do vereador Guti que foi junto nós estávamos olhando o orçamento, todos os orçamentos aqui e até que enfim deu para mover o pessoal.

Mas nós queremos continuar a gente lutar assim mesmo e só o trabalho que o orçamento que está fazendo é muito grande, mas a situação da nossa cidade é uma situação muito ruim, nós precisamos lutar pra tirar Guarulhos do SERASA, tirar Guarulhos do SPC que está muito ruim.

A cidade não tem dinheiro, está todo mundo cobrando a prefeitura e a gente não sabe para onde foi o dinheiro. Então, a começar da nossa Semana Nordestina, ou o pessoal não tem dinheiro ou não gostam de nordestinos, né? Faz oito anos que acabaram com a Semana Nordestina de Guarulhos. Então, hoje a cidade de Guarulhos nós temos

mais de 400 mil nordestinos que moram em Guarulhos, é uma cidade aonde nós temos nossos filhos, né?

E nós queremos com esse apoio, nós já fizemos um pedido ao governador que ele disse que está mudando, tirar aquele presídio que está ali, aquele presídio, a coisa mais feia do mundo ali na passagem do aeroporto, e aí nós solicitamos e ele já disse que vai tirar e nós falamos, dê um daquele pra nós pra gente fazer o polo cultural do nordestino. Tirar aquela coisa e nós vamos mostrar o que é uma cultura bonita, decente lá para a nossa cidade. Ficaria bonito na saída do aeroporto ter um polo cultural nordestino do estado de São Paulo.

Aí nós vamos mostrar realmente o que é cultura. É isso pessoal, nós queremos, aqui tem um monte de coisas também que nós já solicitamos, o CDHU no seu papel, nas propostas do governador é criar o lote urbanizado, né? Solicitar aos deputados que propague isso nos seus municípios, volte de novo os lotes para, o pessoal só sabe fazer apartamento, mas faz lote urbanizado, vai gerar mais emprego, vai o pessoal, os depósitos de construção civil vão vender mais caixa de água, vão vender...

Então, há essa possibilidade. Ao invés de estar dando estes 25 mil dessa Minha Casa Minha Vida aí, eu duvido se fizer lote urbanizado e dar os 25 o cara constrói a casa, uma casa simples, mas é tão fácil de fazer, fica esperando, construir. Guarulhos tem muita terra, do lado de Guarulhos também tem muitas terras, não é? Havia uma proposta quando o antigo governador inaugurou que é o Viaduto dos Nordestinos que até hoje o pessoal não sabe chamar, chama Viaduto do Imigrante, nós não somos imigrantes, nós somos migrantes.

Já liguei várias vezes pra o DERSA para mudar aquela placa, aquilo é um erro. Nós ganhamos ali aquele viaduto na divisa da Penha com Guarulhos, nós temos ali, era só de tábuas aí ganhamos aquele viaduto. Foi uma briga tremenda da colônia nordestina ali na divisa da Penha. Aí os caras colocam a placa bem grande, Viaduto dos Imigrantes Nordestinos. Quer dizer, nós viemos, o nordeste não é Brasil, é de fora!

Então, os deputados que estão aqui passem essa coisa para a DERSA, para a Secretaria, muda aquela placa! Nós não somos imigrantes, nós somos migrantes nordestinos. E é por isso que nós estamos aqui ajudando a crescer essa cidade que nos adotou e eu sou feliz de morar em São Paulo, muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Sr. Herbert, o pedido, a solicitação em relação aos dois presídios lá que o senhor quer transformar em centro cultural podia registrar isso na nossa comissão para que a gente possa fazer o encaminhamento disso também, está bom? Está legal? Conte com a gente aí.

Nós vamos ver esta questão aí desse entendimento, essa atitude xenófoba. (Risos.) Dona Maria do Socorro com a palavra que é freguesa nossa aqui da comissão, e depois o Fábio, outro freguês.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES - Boa tarde a todos. Boa tarde, vocês estão com fome? Ou estão com sono? Eu sou Maria do Socorro, certo? Boa tarde à Mesa, eu não vou falar um, por um porque eu acho enfadonho. Muito cansativo certo?

Eu sou da região de Itaquera, sou do Conselho da Saúde, faço parte do Conselho do Idoso e o senhor, certo? Que eu conheço há muitos anos, o nordestino gente é digno, São Paulo está do jeito que está porque nós idiotas viemos para cá, lutamos, acreditamos, sofremos e vencemos. Só que depois chegou a idade que ninguém quer enxergar a gente, certo?

O Conjunto Habitacional Águia de Aia eu estou me referindo certo? É do CDHU desde 1988 que foi construído e entregue, nós fomos os primeiros moradores. Conheci Mario Covas, conheci toda a turminha, certo? Só que a turma esqueceu a gente! Desde 1988 quase todo ano eu venho aqui falar sobre a região Itaquera que tem o Conjunto Habitacional Águia de Aia que tem um terreno abandonado que é feito uso de cracolândia, depósito de lixo. Nada temos! Nada temos!

Foi construída só a Escola do reverendo, Conjunto Habitacional Águia de Aia que construiu no tempo que Mário Covas, ele morreu e os outros não deram continuidade, nós não temos nada! Não temos área de lazer, não temos cultura, não temos nada para o idoso, não temos nada! Vocês acham isso admissível? Acham?

PLENÁRIA - Não!

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES - Quer dizer, eu já falei, o idoso, só quem fica velho somos nós da periferia porque o rico não fica! Agora eu estou comunicando a vocês, qualquer um veja lá, falam Itaquera, Itaquerão, mas vai no Conjunto Habitacional Águia de Haia e pega um terreno de mais de 10 mil metros quadrados que é depósito de tudo o que não presta. Não só ele tem outros terrenos que a Petrobrás, tudo temos, menos benefícios, tá?

Estou conversando com vocês, todo lugar eu vou, me chamo Maria do Socorro, conhecida por Dona Socorro, e toda audiência eu participo, certo? Tenho 74 anos e eu trabalhei na FEBEM eu já falei aqui, certo?

O que nós temos lá é a miséria, é o descaso, o abandono do poder público certo? E não é a primeira vez que eu estou aqui falando não, gente! É bom vocês olharem porque se meu vizinho está bem, eu vou ficar bem. Se esses meninos não são marginais, eles não vão matar os filhos de vocês. Desculpa, é essa a minha expressão. Eu trabalho com a periferia, eu trabalho com os jovens que não tem esperança, eu trabalho com as crianças que não têm creche, não tem escola, não tem lazer.

O que eles usam muito é craque que os marginais oferecem a eles porque eles não têm oportunidade. As mães, mãe de criança, criança mãe de criança, o idoso largado e abandonado. O Mario sabe muito bem, né Bragato? Que em Vila Ramos certo? O céu azul contra o mar, o Mario Covas foi lá e eu convidei o filho do Mario Covas e nós pedimos uma solução e até hoje ele pode querer fazer, mas ele sozinho não faz nada.

Então eu estou comunicando, não estou pedindo não, gente! Não estou! Eu acho que vocês têm a obrigação! Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Ok, Dona Maria, muito obrigado. Fábio com a palavra e já convido a Denise.

O SR. JORGE MACHADO – Enquanto o Fábio se aproxima do púlpito, gostaria de anunciar as presenças de Jeferson Caproni, conselheiro do COREN, Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo e Claudilei Barbosa, presidente da Associação de Moradores do Jardim Mirna, região de Varginha, também entre nós deputado João Paulo Rillo, membro integrante da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Com a palavra Fábio Siqueira.

O SR. FABIO SIQUEIRA - Boa tarde a todos. Obrigado Jorge Machado, locutor desta importante e já tradicional audiência pública de orçamento.

Saúdo também a Mesa, senhores deputados Bragato, Bolçone, Teonílio, Enio, Marcia e Rillo e o Sr. Maurício, representante do Executivo. Em especial a população aqui presente, população paulista, paulistana, desse importante estado, nessa maior Assembleia Legislativa desse país, das 27 Assembleias aqui é a que mais tem deputados, maior em espaço e merece também ser ouvida.

Até porque temos um PPA aí para ser aprovado até 2019 e é fundamental para que as demandas aqui trazidas sejam pelo menos registradas e debatidas. E lembro sempre, haverá APAMPESP que homenageio a nossa querida e saudosa professora Zilda Guerra que durante anos e anos esteve aqui lutando e sua luta certamente não foi em vão.

A entidade aqui, a professora Wally e as colegas sempre lutando por este ideal na óbvia e necessária defesa do professorado paulista e paulistano, especialmente os aposentados que estão a cada ano sendo prejudicados por absurdas políticas, nada democrática políticas públicas que na eleição hipocritamente nada colocado, mas na vida cotidiana professores e professoras sofrem muito com isso. Então, parabéns, gosto muito de ver a APAMPESP aqui presente.

Meu nome é Fábio Siqueira, eu moro aqui na região da Vila Mariana, distrito Saúde e também falo pelo (ininteligível) conselheiros do (ininteligível) da capital de São Paulo.

Falando em educação vamos começar com o tema da educação. Por uma questão totalmente antilegal, o programa de alfabetização de jovens e adultos foi suspenso este

ano na cidade de São Paulo e em todo o estado, inclusive entidades importantes diocesanas que tinham esse trabalho há mais de 10 anos ficaram sem verba nesse ano, contrariando até o dispositivo da LDO do PPA, da Lei Orçamentária.

Então, para o ano que vem é necessário o retorno do programa estadual do MOVA, Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, de preferência com as entidades honestas e sérias que foram prejudicadas por esta atitude absurda da Secretaria de estado da educação que lamentavelmente não saiu nada na mídia, mas a gente está atento a essa questão.

Como também atentos à situação caótica da Universidade de São Paulo. A USP, Universidade que no ano passado chegou aos seus 80 anos que é um orgulho para este país, para este estado encontra na sua pior fase, na situação lastimável da nossa maior universidade que se explicita na questão da falência do Museu do Ipiranga, um orgulho centenário do nosso país que será fechado agora por longos anos, pela situação do campus USP Leste interditado por razões de contaminação e também por razão como foi interditado o último andar da biblioteca da Faculdade de Filosofia. Está interditado também.

Aonde vamos parar com este descaso da Universidade de São Paulo? Qualquer lugar do mundo essa universidade lamentavelmente seria fechada não por culpa de seu aluno, do seu corpo docente que é qualificado, mas por culpa de responsabilidade dos seus gestores, reitorias, as últimas, desastrosas e do governo que nada faz por sua maior universidade.

Criou uma Secretaria de Ensino Superior a 10 anos que não fez nada, sumiu em menos de cinco anos e nada acontece. Gostaria da coragem do Ministério da Educação para tomar providências como covardemente o Sr. Fernando Haddad como ministro e agora como péssimo prefeito fechou a Universidade de São Marcos há seis anos aqui em São Paulo, e o incompetente Sr. Aloísio Mercadante quando foi ministro da educação fechou a universidade no Rio de Janeiro Gama Filho.

Eu queria coragem desses senhores burocratas para colocar penalização na Universidade de São Paulo, Claro que ela não merece isso, mas pelo abuso que seus governantes fizeram ela já está passível de problemas muito sérios e irremediáveis.

Falando da questão da Cultura, dezembro/2010 existia um decreto para a criação do Museu da Televisão na cidade de São Paulo. Vamos cumprir este decreto de dezembro/2010 do ex-governador Alberto Goldman.

Questão da Administração Pública. Existem três empresas importantes no estado de São Paulo, SEADE, FUNDAP e CEPAM. As três já têm mais de 30 anos. Querem juntar as três, quer dizer, faltou dinheiro sobra para o corpo administrativo gestor deste estado. É um absurdo! Rejeição completa a este absurdo da fusão da CEPAM, SEADE, FUNDAPE. São entidades importantes para o pensamento social, sociológico público deste estado. Respeito a estas três entidades e à história destas três entidades.

Já terminando vou falar um pouco da SABESP. A SABESP não presta contas ao seu público, à sua população. É necessário que pelo menos uma vez por ano esta empresa venha aqui e preste contas do que está fazendo, dos seus bilionários lucros, da sua crise absurda. E amplie também a sua rede de atendimento que está curiosamente o lucro aumenta e os postos nos bairros são fechados.

A questão do Vale do Ribeira. É necessária uma dotação específica para a política de turismo do Vale do Ribeira. A região mais pobre deste estado infelizmente e o turismo é uma das soluções, e também para o sudoeste paulista. É importante, já que existe uma fábrica de turismo...

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Fábio.

O SR. FABIO SIQUEIRA - Eu estou encerrando. Que foi ignorada pela Secretaria de planejamento na última audiência pública do mês passado, 22 metas e nenhuma meta é para o turismo, nenhuma meta é para o idoso, nenhuma meta para a pessoa com deficiência. Nenhuma meta para a agricultura.

Então o planejamento está acontecendo o que? Vai planejar o que se desaparece com todas estas pastas. Aliás, o prefeito Haddad, estamos aqui na capital, sumiu com a Secretaria de Planejamento. Então, para onde vão no município? Agora em fevereiro último? Para onde vamos? O planejamento estadual some com o turismo, o municipal

some com a pasta que existia há mais de 40 anos. Então, para onde vamos o planejamento desse estado e desse país?

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Ok, Fabio.

O SR. FABIO SIQUEIRA - E para terminar, política pública para os idosos, pessoas com deficiência, os museus históricos pedagógicos no interior. Situação caótica. É a história do nosso estado sendo perdida, precisa melhorar e retorno da oficina cultural da Água Fria aqui na zona norte, a questão da 16ª região administrativa de Itapeva.

Vamos completar o que está faltando lá, região de Apiaí, Capão Bonito e Iguapiara.

E para terminar, TV Cultura pedindo socorro. O orçamento da TV Cultura é maior do Canal Dois para o ano que vem. É nossa TV educativa e não merece ser vilipendiada com profissionais saindo por razão de verba. É isso, muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Obrigado você. Tem a palavra Denise Ricala, diretora do SINTEPS, Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, está com a palavra.

A SRA. DENISE RICALA - Boa tarde a todos! Boa tarde senhores deputados, deputadas. Eu sou Denise, mais uma vez a diretoria do SINTESP vem para pedir que a Casa aprove emendas de orçamento para o Centro Paula Souza.

Nós hoje somos as melhores escolas públicas do ENEM. Nós somos também as melhores faculdades de tecnologia do estado, temos altas notas no ENADE e a

empregabilidade de nossos alunos é pela ordem de 80%, mas os nossos salários está cada vez menor e nós pedimos que o governo do estado de São Paulo respeite a política salarial do CRUESP que é a nossa política salarial, apesar da gente ganhar na justiça o direito, mas não é pago o direito.

Então, o que nós viemos fazer aqui é pedir que realmente seja respeitada a nossa política salarial e que se tenha dinheiro no orçamento de 2016 para o reajuste, para a recomposição de perdas acumuladas de 2014/2015, para o reajuste real para os nossos funcionários administrativos que realmente o salário está muito baixo e a gente não consegue repor os nossos funcionários porque os concursos são propostos e não há inscrição por conta dos salários.

Dinheiro também para o enquadramento por titulação de todos os professores e funcionários e auxiliares docentes, para uma progressão especial em 2016, e também verbas para itens de despesas correntes. Para a contratação de plano de saúde institucional conforme aprovado na carreira no ano passado, dos trabalhadores das ETECS e FATECS.

Também pedimos que o governo do estado pense duas vezes antes de expandir o nosso sistema do jeito que está sendo expandido porque se expande, mas não põe dinheiro. Então a gente está com mais de 300 unidades no estado, mas o orçamento fica estagnado, os salários ficam estagnados.

Então há a necessidade de repensar como é que vai ser distribuído este dinheiro e que realmente seja uma política de valorização dos professores, funcionários e auxiliares docentes e que realmente tenha dinheiro para os laboratórios, alunos e para que a gente possa continuar com a qualidade que a gente tem mostrado nestes anos todos. Porque o que vai acontecer se continuar nesse sistema é que a qualidade vai cada vez cair e aí a gente não vai conseguir mais formar os nossos alunos, obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Tem a palavra Elza Barbosa da AFPESP. E já convido a Juliana Regina.

A SRA. ELZA BARBOSA - Boa tarde a todos, Dr. Mauro Bragato e toda a sua equipe, a gente chama os senhores de equipe e não, trabalhar nesses 21 regiões é um trabalho que a gente respeita e acha necessário.

Quero cumprimentar aos meus colegas servidores públicos, aos cidadãos paulistanos que aqui estão trazendo as suas reivindicações, não posso deixar de reverenciar e cumprimentar meu amigo Dr. Tuccilio, meu professor, eterno professor.

E dizer Dr. Mauro Bragato que a nossa preocupação enquanto conselheira da AFPESP e lá nós coordenamos uma comissão para estudos relativos ao IAMSPE porque a complexidade do IAMSPE requer estudos, não é? E trazer aqui números que estão nos preocupando Dr. Mauro Bragato e sua equipe, na medida em que a gente vai acompanhando a evolução dos recursos alocados do Tesouro para o IAMSPE, nós fizemos um estudo a partir de 2010.

Em 2010 o recurso repassado ao IAMSPE do Tesouro que é o nosso foco, né? A nossa grande reivindicação é além de legitimar o nosso instituto que é o nosso convênio, é o convênio do servidor público solidário porque nós pagamos de acordo com o que ganhamos, 2% do nosso salário, né? E não temos restrição de atendimento, não é?

Em 2010 a gente chegou a 100 milhões de recursos do Tesouro e nós fomos evoluindo, 108, 178 e em 2014 nós chegamos a 260 Dr. Mauro, e já em 2014 quando aqui estivemos buscando aprovação das emendas que na época a proposta era mais cinco milhões, nós tivemos a surpresa ao ser aprovado o orçamento de 2015 que além de não ser aprovada a emenda de cinco milhões a gente ainda perdeu cinco milhões.

Então este ano nós perdemos cinco milhões. O planejamento está aqui, né? O senhor falou que tem um representante da Secretaria do Planejamento e queria chamar a atenção porque a série histórica, não é? E é muito difícil você aceitar uma luta como essa e a gente chegar a quase 25% do total da receita do IAMSPE e a gente perder no meio do caminho, que foi este ano.

Eu queria, nós queremos um olhar dos senhores ao receber o orçamento pra 2016, a proposta que virá do governo, pelo menos estar garantida na LDO, no artigo 39 para 2016 alocação do recurso do Tesouro para o IAMSPE, né? O que nós queremos a nossa luta é que lá na LDO esteja que o governo será alocado no orçamento para o IAMSPE a contrapartida do governo de 2%, né? Isso não é utopia e nem sonho, isso é uma garantia que nós exigimos, não é? Do governo enquanto patrão, contribuir com a sua participação, não é?

Então, é uma grande preocupação, estaremos aqui nos gabinetes buscando que seja aprovada, que sejam feitas as emendas e que a gente não venha a perder, não é? O recurso do Tesouro, o recurso próprio de 2014 foi da ordem de 800 milhões, este ano foram 770, então a gente perdeu 30 milhões. Então ao todo diminuiu 35 milhões e isso é inadmissível, não é? Com a demanda que o instituto tem, que o nosso convênio tem de atendimento.

Então, o nosso pedido, a gente fez um trabalho que eu vou entregar ao Dr. Mauro Bragato, para a sua equipe onde a gente trabalhou os números que é outra questão Dr. Mauro Bragato e todos os senhores da comissão, além de buscar os 2% de, a gente vê a necessidade urgente de um novo modelo de gestão para o IAMSPE onde seja contemplado nesse modelo que já está na Casa Civil para ser encaminhado para esta Casa para ser aprovado e que já foi discutido pelas entidades, este projeto contempla um conselho fiscal e um conselho de administração.

Porque a questão não é só o orçamento, a questão é acompanhar e avaliar o orçamento. À medida que a gente acompanha e avalia o orçamento efetivamente e nós contribuintes financiadores do instituto temos este direito e esse dever, através do que? De conselho de administração, conselho fiscal que acompanhem estes gastos.

Vejam, ao longo de 2010 principalmente em 2012 foi vinculado em todos os jornais e nesta Casa também, o governador garantindo o repasse de 140 milhões, para as obras do IAMSPE. Esse ano esse valor é de 30 milhões, o ano passado também.

Então, e aí a gente tem notícia que as obras estão paradas e nós não temos visibilidade da execução deste orçamento, como ele é gasto. Então eu peço também aos senhores um olhar especial para esta proposta quando chegar aqui, e esse projeto também.

Claro que tem outras questões enquanto cidadã, enquanto funcionária pública que os meus colegas já trouxeram aqui, mas como a gente tem o tempo que são três minutos, e eu proponho que fizéssemos uma audiência pública para discutir as questões do IAMSPE que requer não só três minutos, são, é muito mais do que três minutos para discutir o nosso sistema e legitimá-lo. Muito obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Ok. Tem a palavra Juliana e a seguir eu convido o prefeito de Leme, está presente?

A SRA. JULIANA REGINA - Boa tarde. Meu nome é Juliana Regina, eu sou arquiteta e urbanista e queria agradecer a oportunidade de estar aqui. Eu serei o mais breve possível.

Eu queria dizer que é necessário ter mais escolas, mais saúde, mais habitação. Então eu quero ajudar vocês a fazer com que isso vá para frente. Então o número de escolas e hospitais deve ser equivalente ao número de habitantes da região que não acontece hoje em nenhum lugar da cidade de São Paulo.

Então, é necessário que haja um respeito pelas pessoas e não simplesmente fazer um hospital ou uma escola para atender 200 mil habitantes. Outra coisa muito importante que eu quero frisar hoje é o respeito pelo nortista que não existe. O nortista é tratado como se fosse uma subespécie e não é, é um ser humano como todo mundo aqui.

A cidade precisa de fato ter um espaço para essas pessoas que querem trabalhar, elas precisam ter onde morar e não ficar sendo tratadas da forma como estão sendo tratadas. A gente vê hoje que o estrangeiro tem mais possibilidades aqui dentro do que os nossos. O que é mais importante? A gente dar espaço para os nossos ou para os estrangeiros? Para os nossos, né? Então vamos dar espaço para esse pessoal que quer trabalhar, que quer morar.

Precisa ter moradia para esse pessoal. Outra coisa muito importante é transporte público. O transporte público é péssimo, horrível. O pessoal vai pendurado no ônibus, tem que empurrar o pessoal dentro do Metrô. O Metrô precisa chegar ao extremo leste. Não é só o ônibus que precisa chegar lá, precisa chegar o Metrô, o trem, precisa chegar o ônibus. Ciclo-faixa não adianta simplesmente pintar uma rua e outra, precisa ter conexão com transporte público.

Outra coisa que eu queria frisar aqui são os bairros que não tem saneamento ainda na cidade de São Paulo, não tem saneamento, não tem asfalto. Gente, isso é um absurdo! Uma cidade grande como a nossa não ter asfalto.

Tem um bairro que chama Jardim Keralux, fica próximo ao Parque do Tietê que é tão falado, não tem asfalto. O córrego é aberto, precisa fechar este córrego e precisa ter asfalto no lugar, não dá para continuar dessa forma. É só isso mesmo que eu quero dizer pra vocês, muito obrigado pela oportunidade e boa tarde a todos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Boa tarde. Prefeito de Leme está presente? Tem a palavra o Sr. Rudifran Pompeu, da Cooperativa Paulista de Teatro. Já convido o Sr. Rafael Gandara, defensor público.

O SR. RUDIFRAN POMPEU - Boa tarde a todos. O meu desejo é às vezes chegar aqui e fazer um minuto de silêncio. A impressão que eu tenho é que não acontece absolutamente nada. Eu reconheço as senhoras da outra vez, ou seja, a gente está o tempo todo aqui discutindo o orçamento.

Eu falo em nome da Cultura, em nome do teatro, da dança, do circo, em nome das artes plásticas e a impressão que eu tenho é que não acontece nada sabe por quê? Porque este governo não coloca cultura como prioridade. Basta você abrir a pasta do orçamento e você vê isso claramente.

Vamos fazer um cálculo rápido, o orçamento de 2015 foi algo em torno de 200 bilhões, a cultura tinha menos de 900 milhões, ou seja, menos de meio por cento destinados à pasta da cultura. Esta Casa, Assembleia Legislativa tem mais recurso que a pasta da Cultura para 645 municípios de São Paulo. Isso significa que Cultura não é prioridade.

Agora eu pergunto às senhoras, como é que se faz educação sem cultura? Não é possível. Então o que eu peço a este Parlamento? Que comece a ter um pouco de sensibilidade para tentar enxergar que cultura tem importância para a construção de cidadania de um país.

Sabe quando eles se lembram da cultura? Quando vai fazer o corte do orçamento geral, aí ele faz um corte reto. Cultura que já era insignificante para este governo se torna mais insignificante, é quase inútil. Então é por isso que às vezes eu me sinto quase um, é vontade de vir aqui e fazer um minuto de silêncio porque a impressão é que a gente não vai para lugar nenhum.

E aí eu não estou falando só de estado, não. Eu falo do município e do governo federal. A gente é lembrado para ser cortado o tempo todo e em todos os lugares. Área da cultura, eu não estou falando em nome de legenda, eu estou falando em nome de uma categoria, de um seguimento importante para nação.

Se este Parlamento tivesse a coragem de dar 1,5% como prevê a ONU para a área de cultura, faria história na história desta Casa. Mas todo ano eu sou aquele time que vem todo ano aqui lutar pelo (ininteligível). Todos os deputados desta casa já ouviram falar da gente porque todo ano, todas as vezes a gente tem que vir aqui encher esta Casa para nos fazer lembrar porque nós somos invisíveis a este governo.

Basta abrir a peça orçamentária deste governo e você vai ver isso. O que eu peço, eu não vim brigar, fazer disputa de nada, eu vim marcar a minha posição porque eu sei que é importante, porque se nem assim eu sou lembrado, imagine se eu não estivesse aqui.

Queria agradecer, muito obrigado pela oportunidade de falar e pedir encarecidamente a esta Mesa que lembre, que entenda a cultura como prioridade. Se

tivesse mais cultura nesse país, nesse estado não precisaríamos gastar tanto em saúde, segurança. É isso, obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Ok. Obrigado. Tem a palavra o Sr. Rafael Gandara, defensor público.

O SR. RAFAEL GANDARA D'AMICO - Queria dar boa tarde a todos os presentes. Cumprimentar o senhor presidente da Mesa deputado Mauro Bragato, a todos os deputados presentes, deputados e deputadas, inclusive fazendo justiça à presença da deputada Marcia Lia aqui na Mesa.

Meu nome é Rafael Gandara D'Amico, eu sou defensor público do estado de São Paulo e hoje eu atuo na assessoria parlamentar da Defensoria Geral do Estado. Bom, como muitos aqui bem sabem eu vou ser breve, só fazer uma pequena pontuação breve, fazer um destaque, mas como alguns bem sabem, até porque toda a luta pela criação e crescimento da Defensoria Pública do Estado passou por esta casa e com uma grande contribuição dos senhores deputados.

A Defensoria é uma instituição pública permanente voltada ao atendimento jurídico tanto na esfera judicial quanto extrajudicial da população carente. Nossa missão essencial é orientar essa população e fazer a defesa dessa população em todos os graus possíveis também na esfera judicial.

Além disso, temos um papel que é consagrado constitucionalmente na defesa dos direitos humanos. Fazendo um panorama de onde nós estamos hoje, eu acho importante até. Hoje nós temos 43 sedes ao redor do estado, estas alcançam 133 municípios por força da atuação destes colegas que estão lotados nestas sedes. Número de 2014, atendimentos diretos em unidades de Defensoria Pública do Estado de São Paulo foi 1570 e atendimentos por entidades conveniadas até por conta, como a Defensoria ainda não por força de estarem ainda num processo de expansão pelo estado,

como não há ainda a expansão de unidades de defensoria em todo o estado, temos ainda um milhão de atendimentos diretos por entidades conveniadas, entre elas até o próprio convênio com a OAB.

Além disso, hoje, né, com o tamanho que a Defensoria tem atualmente no estado, nós alcançamos 70% dos domicílios com renda de até três salários mínimos no estado de São Paulo, né?

Em 2006, ano de criação da Defensoria pela lei 988, lei que vem desta Casa, nós tínhamos 87 defensores que eram procuradores do estado e que optaram por continuar trabalhando na assistência jurídica gratuita à população carente e 19 servidores. Hoje nós temos 719 defensores e 694 servidores. Sem dúvida é um crescimento muito expressivo.

Agora é importante destacar, este crescimento ainda não está completo, há uma necessidade ainda muito grande dos serviços da Defensoria no estado de São Paulo. Nós temos uma novidade, por assim dizer, no plano jurídico que cabe acho que deve ter o seu destaque sem dúvida, é uma vitória e mais que para a Defensoria, eu quero crer e eu creio, para toda a população que é beneficiária dos nossos serviços.

A partir de julho de 2014 nós tivemos a emenda constitucional 80 que altera o artigo 134 da Constituição Federal e o que ela faz? Nós temos falado muito, todos os atores envolvidos com a Defensoria têm falado na emenda 80. Ela reforça missões que já eram da Defensoria, a gente pode dar destaque para esta questão da, pela atuação pelos direitos humanos. Traz alguns detalhes de aplicabilidade no que se refere a garantias, a estruturação do regime da magistratura.

Traz um capítulo próprio a Defensoria para prever a Defensoria entre as funções essenciais da justiça e, além disso, um detalhe, traz a iniciativa de lei para o defensor à semelhança do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, traz a iniciativa de lei para estabelecer número de membros, criação e extinção de cargos e outras questões como remuneração.

Essa emenda tem outra questão que é muito importante e passa aí pelos nossos próximos anos, questões orçamentárias. Há uma previsão lá que o espaço de oito anos, isto é, até 2022 deve haver nos estados também um defensor em cada unidade

jurisdicional, isso é algo que impacta bastante o nosso planejamento sem dúvida, é algo bastante importante, relevante. É uma notícia que foi celebrada por nós da Defensoria quando da edição dessa emenda, mas é uma novidade que impacta esse nosso planejamento também.

Ou seja, nós temos uma expansão que se deu pelos centros com maior número populacional, e sempre muito preocupados com a questão da vulnerabilidade social, e agora temos também que ter em conta esta questão da expansão para todas as unidades jurisdicionais até 2022. O que impacta sem dúvida alguma no nosso planejamento, no nosso orçamento e até por isso também, privilegiando este espaço aqui, por isso que também da nossa presença aqui.

Para o futuro o que norteia as nossas pretensões...

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Doutor, vamos amarrar...

O SR. RAFAEL GANDARA D'AMICO - Orçamentárias? Para os próximos anos, 90% do nosso orçamento vêm dos emolumentos, das custas judiciais e existe uma parcela que é do Tesouro, algo um pouco menor que 10%. O nosso pleito seria algo no sentido de 219 milhões para o próximo ano, um incremento de mais ou menos 150 milhões em relação ao que tínhamos no ano anterior para dar conta de todo este planejamento do reforço das cidades onde nós já estamos, do incremento naquelas cidades em que há uma maior concentração populacional, vulnerabilidade social obviamente e, para que nós possamos dar conta dessa expansão que a Constituição hoje nos manda fazer.

Só um detalhe, pontuar uma questão já encerrando, aproveitando. Hoje a parcela do Tesouro para a Defensoria é algo de 0,032 do total do Tesouro do estado em complemento a esses valores dos emolumentos.

Eu acho que é isso, quero agradecer o espaço, esta Casa, é muito importante e estaremos aqui, Defensoria acompanhando este processo orçamentário e quero só

reparar também o engano que fiz, acabei não saudando o representante do Executivo que está aí presente e quero aproveitar e saudá-lo. Obrigado pelo espaço e boa tarde a todos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Tem a palavra o Sr. Claudislei Barbosa de Oliveira da Associação de Moradores do Jardim Mirna, região Varginha. E queria dizer também aos presentes que tivemos 36 votantes, a Educação teve 22 votos, Saúde 22 votos e a questão do funcionalismo 15 votos. Com a palavra.

O SR. CLAUDISLEI BARBOSA DE OLIVEIRA - Boa tarde. Boa tarde à Mesa. Senhores é o seguinte, eu sou Claudislei Barbosa, sou presidente da associação de moradores do jardim Mirna e conselheiro gestor do Parque Linear Ribeirão Cocaia.

O que eu gostaria de trazer em pauta para esta Mesa é uma obra importante do governo do estado naquela região que é a extensão da Linha Nove Esmeralda, do trezinho de Urubatuba até Varginha. Gostaria que o governo nos explicasse porque esta obra está praticamente parada e se não está totalmente parada.

E tendo em vista, indo um pouco mais além, um grande feito do atual prefeito Fernando Haddad que é o Hospital de Parelheiros, gostaria de trazer a sugestão da população local que essa linha fosse estendida até Colônia porque beneficiaria assim algo em torno de 200 bairros para se locomover mais fácil até este hospital que está sendo construído. É isto e muito obrigado para não tomar muito tempo.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Ok. Eliane Rodrigues do Fórum dos Transportes de Diadema, com a palavra.

A SRA. ELIANE RODRIGUES - Bem, em nome da deputada Marcia Lia eu quero saudar a todos e todas. Sou Eliane Rodrigues, vim de Diadema, do Fórum de Transportes de Diadema.

Eu quero falar que no orçamento também, que Vs. Exas. passem uma porcentagem para os cobradores porque nas linhas intermunicipais é inadmissível o motorista dirigir e cobrar, então tem que dar uma olhada com muito carinho para os cobradores para que eles não venham perder, ceifar as nossas vidas...

(Palmas.)

Que possa acontecer um acidente. E eu quero cima de tudo agradecer ao deputado Enio Tatto pelo requerimento que ele fez pedindo a extensão da Linha 17 Ouro daqui do Aeroporto de Congonhas ao Terminal de Diadema. Obrigada deputado por estar sempre com a nossa cidade.

Eu quero pedir também que junto com este agradecimento eu quero pedir que o orçamento venha de fato e de direito para a nossa cidade e que vai ser o VLT, Veículos Leves sobre Trilhos. Porque se vocês vierem pela Imigrantes vai ter muita desapropriação, vai ter um valor maior e se vocês vierem junto com o pessoal da (ininteligível), eu vou dar o exemplo da Avenida Eng. Armando de Arruda Pereira que é o Jabaquara, se vocês vierem junto pelo corredor ou juntamente com o corredor do Shopping Morumbi, vai ser um gasto menor.

Então, por favor, olhem com carinho para nós. Eu quero entregar em mãos o requerimento do deputado que eu quero pedir o comprometimento de vocês que venha olhar pelo VLT em Diadema, a resposta que nós recebemos não foi muito convincente, não foi bacana. E nós queremos, eu quero falar o seguinte, que enquanto tiver o orçamento do governo do estado eu virei em todas porque vou cobrar sim, o Metrô pra

nossa cidade. Obrigada a todos e boa tarde. Parabéns deputado Enio Tatto por estar sempre com Diadema, obrigada e vamos cobrar do governo do estado o VLT para a nossa cidade. Obrigada e boa tarde.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Acabaram-se as inscrições. Eu vou pedir autorização dos membros da Mesa, que a AFITESP que é a Associação dos Funcionários do ITESP quer entregar uma carta aos senhores deputados que estão, a Associação está em greve, é isso?

Eu queria convidar a Priscila para vir aqui fazer a entrega, ok? Você vai usar a palavra? Então usa a palavra. Ok?

A SRA. PRISCILA FARIAS - Eu sou Priscila Farias, sou secretária geral da Associação de Funcionários da Fundação ITESP. Muito obrigada pela oportunidade, boa tarde a todos os presentes. Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa da deputada Marcia Lia que já esteve hoje pela manhã lá na fundação apoiando nosso movimento.

Nós queremos aproveitar essa oportunidade para entregar esta carta aberta aos deputados, deputado Mauro Bragato também sempre nos apoiou, para junto ao governador fazer gestão de alguma forma porque a Fundação ITESP declarou greve porque teve privado o direito constitucional de reposição das perdas salariais este ano, né? E a Fundação faz um trabalho muito importante, os senhores conhecem o trabalho da Fundação em todo o estado de São Paulo, e nós contamos com o apoio dos senhores nessa nossa luta pelo nosso direito constitucional da reposição dos nossos salários. Obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Obrigado Priscila. Vamos então passar para a última fase da nossa audiência passando a palavra para o deputado Barba. Está com a palavra. Ele é conhecido Barba aqui, viu?

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Senhores, deputados, deputada Marcia Lia, deputados presentes, Marcia Lia, Enio Tatto, Maurício Hoffmann representando a Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, presidente Mauro Bragato, Orlando Bolçone, Jorge que é o nosso âncora que está transmitindo ao vivo.

Primeiro uma saudação especial a todos os trabalhadores e trabalhadoras, eu fiquei, eu não me sinto surpreso com todas as manifestações feitas aqui pelo Sylvio, pelo Tuccilio, pela Wally, pela Maria do Socorro, pelo Rafael. Pelo rapaz das artes ali, da cultura, porque na verdade gente, não surpreende porque são modelos de governo do PSDB nos últimos 20 anos no estado de São Paulo.

Esse modelo de sucatear a máquina do estado, tem coisa que pode ser de setor privado e tem coisas que são essenciais e básicos que tem que ser do estado. A questão da educação de boa qualidade com uma boa qualificação dos professores com salas de aulas menores. Tem que ser papel do estado.

Essa questão do transporte tem que ser um papel do estado, essa questão do saneamento básico é papel do estado. De estado, município e união.

Agora, é muito claro se vocês olharem o desmonte que ocorreu de 2005 até agora, de 1995 até agora em 20 anos de governo do PSDB no estado de São Paulo, eles conseguiram construir 37 km de Metrô. A cidade do México com mais ou menos 21,5 milhão de habitantes em 20 anos construiu 225 km de linha de Metrô.

Se você pegar os 37 km construídos aqui pelo governo Alckmin, pelo governo do PSDB, isso não é coisa só do Alckmin, isso é coisa de partido, isso é modelo que cada partido defende.

Construído, se pegar os 37 km e dividir pelos 20 anos vai dar 1,86 km de Metrô construído por ano. Se vocês pegarem o orçamento, a participação do estado em São Paulo no PIB do país que era 37% em 1995 caiu para 28% a participação do estado de

São Paulo na soma das riquezas do país. Se vocês pegarem o pessoal do AFITESP que está em greve, vocês acompanharam a greve dos professores, foram 91 dias de greves. A data base aprovada aqui na Assembleia Legislativa que é março, a partir de primeiro de março e não negociou em março, pediu para os professores que adiassem para poder negociar em julho porque aí tinha condições, não negociou em julho e não está aplicando o resultado da Justiça.

Então, tudo o que vocês olharem aqui é extinção. O Fábio quando cita aqui a fusão CEPAM, FUNDAP, SEADE, não é fusão mais, agora é extinção, só não falaram da SEADE ainda. Mas da FUNDAP e CEPAM é extinção.

A CEPAM existe há 47 anos, ontem foi um debate acirrado aqui, porque nós somos 18 deputados de oposição, o governo tem 76 na base aliada dele. Então nós acirramos o processo aqui ontem e chegou uma hora que suspenderam o debate do fim da CEPAM. Mas vai retomar a semana que vem na terça que vem e com certeza o governo tem uma base aliada muito forte, muito organizada e faz parte da disputa política.

Devo reconhecer aqui o equilíbrio do Mauro para tratar a questão das audiências públicas que é um instrumento importante, mas a base aliada do governo vem e nos tratora, pior ainda, aqui tem mais um problema porque o governo do estado de São Paulo e a Assembleia Legislativa, do ponto de vista da mídia não existem. Existe Brasília, governo federal, câmara dos deputados, senado, prefeitura da capital e a câmara de vereadores da capital.

Se vocês forem lá agora deve ter CBN, deve ter Rádio Bandeirantes, deve ter Globo, tudo lá, aqui é só a TV Assembleia que nos acompanha. Em cinco meses de mandato aqui apareceu a CBN uma vez, eu sou um deputado de primeiro mandato apareceu a CBN uma vez.

Porque este governo do estado de São Paulo está sendo blindado pela mídia porque é candidato a presidente da república em 2018, é isso. Então aqui é tratado tudo desse jeito. Tem as manobras regimentais que é do regimento, então nós vamos fazendo aqui o embate. Só que esta questão de vocês aqui, dos professores, dos aposentados. Essa questão de defender as instituições como CEPAM que tem 47 anos e é responsável para ajudar 515 municípios que tem até 50 mil habitantes, que não tem as mesmas

condições da cidade que eu moro que é São Bernardo que é uma cidade rica que tem quase um milhão de habitantes que tem toda uma estrutura jurídica em funcionamento, então dá conta de se resolver.

Então CEPAM é responsável de preparar orçamento para governo, preparar gestores públicos nestas cidades menores, é o suporte dos governos para fazer prestação de contas. Então, eles vão votar a extinção dele que é o projeto 38 que vai ser retomado na semana que vem.

Recentemente nós debatemos aqui, nós fomos contra e eles acabaram com a SUTACO que era a Superintendência de Apoio aos Artesãos, Artistas Culturais, esse pessoal que trabalha na rua, atendia mais ou menos 80 mil pessoas em todo o estado de São Paulo.

Então aqui na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento e apesar de nós termos 20, estamos na quarta audiência né Mauro? Essa é a quarta e nós temos aí 16 pela frente, 17 porque são 21, existe um esforço nosso, nós somos dois deputados do PT na comissão, a comissão tem 11.

O Mauro é pressionado por nós e é pressionado pelo governo. A vida funciona assim, agora, essas audiências públicas têm que servir como instrumento de organização da sociedade civil organizada para todo ano ir debater no orçamento e fazer realizar aquilo que for aprovado das emendas nas regiões porque se realizou muito pouco das emendas que foram aprovadas em 2014.

Na nossa região no ABC nós apresentamos uma pauta com 59 itens e o total dos 59 itens feito pelo consórcio intermunicipal dos prefeitos pela agência de desenvolvimento chegava no valor da soma total de sete bilhões e meio de reais, e aprovou uma emenda de cinco milhões para uma FATEC e essa FATEC até hoje não foi realizada e eu não sei se será realizada até o final deste governo.

Então nós temos que realmente olhar aqui com muito carinho esta questão das audiências, participar. Eu sou defensor que elas têm que existir, vou tentar acompanhar todas no estado de São Paulo, o máximo que eu puder porque eu vou fazer denúncia deste governo aonde a eu for.

Então a minha parte aqui é fazer isso, né? Se eu for pegar uma lista aqui e ler pra vocês de tudo o que foi feito de corte no orçamento, o orçamento deste ano que é algo próximo de quase sete bilhões de reais e para o ano que vem a estimativa também de mais ou menos isto de corte nos orçamentos.

Então aquilo que era investimento que o estado tinha que fazer, pegar a mão do estado aqui para induzir algumas questões, chamar o setor privado, chamar o serviço público, eu sou presidente da Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho e eu vou aprovar aqui uma audiência com os servidores públicos do estado de São Paulo mais o setor privado para a gente debater qual é a tarefa de uma comissão. Qual é a tarefa pra gente poder discutir realmente plano de cargos e salários dos servidores públicos do estado de São Paulo.

Estou apresentando um projeto de lei para que o governo estado de São Paulo abra negociação e sente, não basta ter data base, tem que ter data base, mas o governo tem que sentar e negociar tem que estabelecer mesa de negociação permanente com os servidores públicos no cotidiano no dia a dia, porque as coisas não se resolvem tudo de uma vez, mas a gente tenta resolver.

Então eu agradeço presidente. Não posso ficar até o final porque tenho um compromisso em São Bernardo de uma luta que nós fizemos lá pela reforma das UBSs, então e vai ser entregue hoje da vila que eu moro, do bairro próximo de onde eu moro que é Jardim Silvina, eu preciso estar lá, então agradeço presidente.

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Obrigado deputado. Passo a palavra para a deputada Marcia Lia.

(Palmas.)

A SRA. MARCIA LIA - PT - Boa tarde a todos e a todas. Esse momento é um momento muito especial e eu quero cumprimentar aos deputados que compõem esta Mesa e cumprimentar a cada um de vocês que vieram para esta audiência pública.

O orçamento é o instrumento mais importante de planejamento e de gerenciamento das políticas públicas de um estado e de uma nação, portanto, esse momento é um momento extremamente especial, o momento onde nós podemos como já foi feito aqui, eu cheguei na fala da nossa professora aposentada da Associação dos Professores, pude observar com uma certa indignação a perda que os nossos aposentados têm tido ao longo dos últimos anos desde que se aposentaram.

A minha mãe também é funcionária pública do estado de São Paulo e o salário dela é 930 reais, é o salário da minha mãe que é aposentada pelo governo do estado de São Paulo. Então eu queria deixar aqui para esta Mesa que tem a missão de encaminhar as emendas, propostas, tudo aquilo que está sendo debatido pela sociedade, esse espaço é um espaço de participação popular, não obstante as políticas do estado de São Paulo não sejam regionalizadas, ou seja, o orçamento não é pensado de acordo com as regiões o que poderia melhorar e muito o orçamento, a execução do nosso orçamento e não é feito desta forma.

Eu vejo que uma das deficiências muito grande que nós temos é a questão, e eu louvo a atitude do nosso, do meu antecessor deputado Barba que vai propor uma audiência pública para discutir com os servidores públicos a questão dos salários, porque eu acabei de ler uma manifestação que veio dos servidores do ITESP, da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo onde eles colocam que os salários dos servidores são de aproximadamente 930 reais a 1837 e que os cargos comissionados giram em torno de 8800 a 11.600 reais.

Então assim, é um absurdo o servidor prestar concurso, se esforçar, dedicar a sua vida. Muitas das categorias sequer têm plano de cargos e salários e quando chega no final da vida nós somos obrigados a ouvir aí o testemunho de uma professora aposentada que merece todo o nosso respeito no sentido de que tudo aquilo que foi adquirido ao longo da sua história como professora, uma das mais nobres funções que um servidor público pode exercer, chega no final da vida muitas vezes passando dificuldades financeiras que se não tivesse a mim estaria com certeza vivendo uma vida de muita penúria.

E aí quero me solidarizar com os servidores públicos, com os professores, com os servidores da área da saúde que também passam pela mesma situação, enfim, e

aplaudir a atitude dos nossos servidores que lutam de forma justa, de forma ordeira, de forma organizada para que as suas reivindicações que são justas sejam atendidas.

Então eu penso que esse espaço de discussão de orçamento deva ser um espaço sim, para a gente discutir a melhoria nas condições e muitos dos que nos antecederam, o pessoal da Defensoria, pessoal da PGE, enfim, todos os que se manifestaram nessa audiência pública deixaram muito claro as condições inadequadas, precárias em que o estado de São Paulo tem mantido os seus serviços públicos.

Se o funcionário não está feliz, não está satisfeito, não está de acordo com aquilo que ele está exercendo, com certeza quem vai sofrer as penúrias é a população e é a população que paga seus impostos e que tem direito a um atendimento de qualidade.

Então quero dizer que este espaço tem que ser o espaço para que nós possamos exatamente debater essas questões que afetam sim, as políticas públicas, os servidores e atendimento na ponta que muitas vezes é precarizado.

Então é essa a nossa manifestação dizendo que nós apoiamos aí aos servidores que lutam pelas suas reivindicações. Muito obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Tem a palavra o deputado veterano Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Boa tarde a todos. Ele falou que eu sou veterano em audiências públicas, tá?

(Risos.)

Porque a gente começou as audiências públicas em 2006 e eu queria registrar e fazer justiça e parabenizar que já em 2006 as nossas companheiras da APAMPESP

participavam, a saudosa Dona Zilda, em todas as audiências públicas do estado de São Paulo. E naquele ano não foram 21 audiências públicas, foram 49 porque a gente fazia em todas as regiões de governo e não administrativas, né?

Também queria cumprimentar os nossos amigos da Defensoria Pública que também em 2006 já participavam naquela época e nós aprovamos no orçamento no último dia quando nós aprovamos o orçamento a Defensoria Pública aqui no estado de São Paulo porque depois da Constituição de 88 só tinha dois estados que não tinha Defensoria Pública que era Santa Catarina e São Paulo, um absurdo, né? E aí a luta todo dia para a gente aumentar os defensores públicos que fazem um trabalho principalmente para os mais necessitados.

Mas queria também cumprimentar os nossos amigos do ITESP porque também em 2006 participavam em todas as audiências públicas fazendo as suas reivindicações e a gente sabe o tanto que foi sucateado o ITESP no estado de São Paulo, tanto que está sendo precarizado que eu tenho certeza que é para terminar com o ITESP assim como estão terminado com outros órgãos do estado que prestam serviços excelentes. Então, toda a solidariedade a todos vocês.

E outras categorias, o IAMSPE, por exemplo, os companheiros do estado de São Paulo participavam desde 2006 de todas as audiências públicas. E aí pessoal eu queria falar que muitos avanços nós tivemos. Nós garantimos através das audiências públicas e foi aprovado até na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento que eu queria cumprimentar ao deputado Mauro Bragato que é um defensor destas audiências públicas, nós aprovamos as emendas.

E chegou a entrar no orçamento do estado como foi a questão da cultura que o nosso amigo colocou, como foi a questão do ITESP que teve uma no que a gente aprovou a emenda aprovada no orçamento do estado de São Paulo, mas só que o governo não paga. É uma luta danada para a gente incluir no orçamento e quando inclui, ele não obedece, ele não paga.

Por quê? Porque orçamento não é impositivo, e aí é uma luta que nós temos que ter deputado Mauro Bragato, deputado Bolçone que eu queria cumprimentar também, deputada Marcia Lia, que já foi aprovado no congresso, no governo federal.

Os municípios de outros estados já estão aprovando, aqui em São Paulo nós precisamos aprovar para a gente dar credibilidade, para valer realmente as audiências públicas. Aquilo que é tirado aqui, que é aprovado que o governo tenha que executar, que tenha que cumprir. Caso contrário é uma luta danada, a comissão anda o estado todo, ouve participação de qualidade como a gente está vendo no dia de hoje e depois é aprovado e não é executado.

Então a gente precisa aprovar o orçamento impositivo aqui no estado de São Paulo, e o Barba colocou muito bem. Esse governo não quer aprovar o orçamento impositivo. Se vocês pegarem os deputados do PSDB, votaram todos favoráveis ao orçamento participativo no governo federal, do DEM também, de outras, quase unanimidade, agora nós precisamos aprovar aqui.

E aqui tem um projeto de minha iniciativa, tem um projeto de iniciativa do PSDB do Pedro Tobias do PSDB, e um projeto do Milton Leite Filho do DEM. Ou seja, os três maiores partidos desta Casa tem deputados que apresentaram projeto de orçamento impositivo, então a gente precisa aprovar de preferência este ano para valer estas sugestões que vocês estão colocando aqui.

E eu também colocar sobre as reivindicações, parabenizar quem trouxe aqui as reivindicações e é verdade, o Barba colocou. A questão da mobilidade aqui no estado de São Paulo, na região metropolitana é um problema. Nós, o Metrô não saiu da capital de São Paulo. Os companheiros de Guarulhos que estavam aqui, o Metrô não chegou até lá, as obras estão muito lentas, muito lerdas.

A nossa amiga de Diadema, é verdade! Não anda! Lá tem um projeto já aprovado para chegar o Metrô até o ABC, não tem! A Linha Quatro que foi a primeira PPP que o governo falou tanto que agora ia, que ia deslanchar está parada! Não chegou até Vila Sônia, não chegou até Taboão da Serra.

O monotrilho ficou seis meses em teste e o Governo fez um carnaval danado para inaugurar duas estações. Então, no Estado de São Paulo, aqui na região metropolitana o Metrô não saiu da capital de São Paulo e nós não chegamos a 80 quilômetros. Os dados que o Barba colocou aqui são verdadeiros. Então é muito lerdo, muito lento e não dá pra dizer que não tem dinheiro, aqui na Assembleia Legislativa,

desde 2007, 2008, até agora, nós aprovamos mais de 40 bilhões para construir Metrô e ampliar o trem e o Monotrilho.

O Governo não gastou nem 20 bilhões até agora, então, é um problema de gestão, de planejamento e a questão da mobilidade, vocês sabem, precisa de Metrô que é transporte de massa.

A reivindicação do Claudislei que é para levar o trem que está sendo construído até a Estação Varginha, que são duas estações tem que chegar até Colônia, e não sei se vocês sabem, mas aquela estação do Metrô, do trem, nós estamos há 70 quilômetros do Litoral de Santos, e antigamente tinha o trem no Litoral de Santos.

Por que será que não tem o trem até o litoral? Será que é porque o trem não paga pedágio? Não é? Setenta quilômetros e a gente liga a Capital de São Paulo, a região metropolitana praticamente ao Litoral, mas infelizmente, por mais que a gente apresentou emendas aqui, as sugestões não saem. O máximo que eles estão levando é a Estação de Grajaú, e é verdade, está sendo construído um hospital público em Parelheiros, o Colônia lá em Parelheiros lá no Largo de Parelheiros, precisa chegar até lá, é uma reivindicação justa, assim como em outros locais.

Então, eu queria parabenizar a Comissão de Finanças e Orçamento, o deputado Bolçone que é o representante da Secretaria de Planejamento, todos os deputados, e é verdade, essa é a Lei mais importante que a gente aprova aqui na Assembleia Legislativa por ano. É a Lei do orçamento. É ali que tem o bolo, é ali que precisa verificar as prioridades, e infelizmente a gente percebe que as coisas patinam e não saem do lugar, principalmente coisas importantes.

A questão do IAMSPE, só voltando, no primeiro e segundo ano a gente aprovou e tinha a sugestão, que o governo falava que engessa, que não pode colocar contrapartida de 2%, nós colocamos uma sugestão aqui de colocar uma de 0,25 por ano, em oito anos chegava em oito anos chegava nos 2%, chegamos até a aprovar, mas foi vetado.

Tinha proposta de colocar 0,5%, para em quatro anos chegar em oito anos chegar a 2% porque é a contrapartida, é descontado do funcionário público, é a parte que o Governo tem que colocar. Infelizmente não aceitaram e está até hoje todo o

funcionalismo público cobrando 2% de contrapartida, mas parabéns para vocês por essa Audiência Pública.

E deputado Mauro Bragato, eu sei que V. Exa. é um aliado para a gente aprovar com o apoio de todas as entidades da população, todos os que participam da audiência pública. Vamos ver se a gente aprova esse ano, o orçamento impositivo, que daí, realmente dá credibilidade e todo mundo se sente responsável e se sente motivado para participar das audiências públicas todo ano para sugerir.

É a Lei mais importante que a gente aprova aqui na Assembleia Legislativa e as audiências públicas são o único momento em que a população, as entidades, sociedade civil tem de opinar e participar, o executivo faz as audiências públicas, mas vocês sabem que um procedimento muito técnico e que não tem divulgação, não tem convocação. No mais, parabenizar todos vocês. Grande abraço.

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Obrigado, deputado. Tem a palavra o deputado Orlando Bolçone, que está com a palavra.

O SR. ORLANDO BOLÇONE – PSB – Saudar deputado Mauro Bragato, talvez, talvez não, com certeza é a pessoa que mais representa a participação no estado de São Paulo e a busca dessa participação através da distribuição dos recursos via orçamento.

Então, de um lado a questão temática que são os diversos setores, educação, saúde, saneamento, funcionalismo, e de outro lado a distribuição de recursos regionais.

Eu quero cumprimentar meus colegas, o Enio Tatto que já aprendi a admirar a sua convivência, a Marcia Lia da região de Araraquara e que faz um trabalho excelente, eu tive a oportunidade também de estar em Araraquara e já conheço seu trabalho, mas deixar algumas reflexões. Rápidas, mas acredito que importantes.

A primeira delas, que eu prefiro orçamento, é uma tradição eu trabalhei com orçamentos por quase a vida toda, perto de 30 anos que já que trabalho com orçamento desses 50 anos que tenho registro de carteira de trabalho, orçamento é tal qual o copo de

água que está à frente do nosso presidente o nosso querido Jorge, o copo pode estar cheio, um copo meio cheio, ou um copo meio vazio.

Nesse momento vivemos exatamente essa questão, onde talvez com a maior crise da nossa história nos últimos tempos, aqui ao lado do Auditório Paulo Kobayashi perto de uma centena de municípios estão discutindo sua situação, é difícil, quase concordatória em que vivem hoje e nós aqui também fazemos esta mesma discussão.

E aqui a audiência de São Paulo tem essa importância de ser a síntese do estado de São Paulo, porque faz a síntese exatamente, de tudo o que acontece no estado, em diversos lugares e tudo o que acontece nos setores.

Eu quero olhar com um aspecto do copo meio vazio, é dos desafios que temos que fazer dessa distribuição de recursos, e chamo e agradeço, e chamo a atenção do doutor Maurício Hoffmann de que as informações aqui obtidas possam ser transformadas não só em emendas como tradicionalmente se faz, mas também em políticas públicas. Esse é o grande trabalho e também o grande agradecimento que faço a todos vocês aqui.

O Estado, eu diria, que após as nossas, as históricas, então desde 2006, audiências, possibilitou melhoras tanto no orçamento quanto nas políticas públicas no estado de São Paulo. O que nós deputados aqui observamos, anotamos, depois levantamos de todas as sugestões propostas e procuramos transformar ora em projetos, ora interferindo e nas audiências públicas.

Lembrou aqui também o Sylvio, por exemplo, um dado que quero também chamar a atenção, pedir uma atenção especial do Dr. Maurício Hoffmann, a questão do olhar do futuro. Este ano tem uma questão especial que é a do PPA, então nós estamos também construindo dessas sugestões os próximos quatro anos, então 2016, 2017, 2018 e 2019.

Então nós temos que ter um olhar ao mesmo tempo de sobrevivência, de manutenção dos nossos serviços, de melhoria dos nossos serviços, mas não podemos perder também o nosso olhar de desenvolvimento sustentável, onde, por exemplo, em uma das nossas audiências lá em Santo André, o secretário de desenvolvimento econômico da cidade falava da questão da tecnologia, dos parques tecnológicos, de

colocar efetivamente a tecnologia a serviço da população, melhorar a qualidade de vida, facilitar a vida dos nossos, das pessoas que utilizam do IAMSPE, das pessoas que utilizam da saúde que o estado oferece.

Melhorar, foi muito bem lembrado aqui pela colega da Fundação Paula Souza, melhorar também a qualidade dos serviços que nós prestamos tanto a nossas pessoas que se formam, nossos estudantes, mas também prestar serviço a população e um olhar para a universidade, nós sabemos que passa pela maior crise também, lembrou o Sylvio aqui. A universidade passa por uma das suas maiores crises.

Eu diria, minha origem é na universidade, ela passa também por uma crise de identidade. Nós temos que construir e não perder esse patrimônio que temos das universidades. As melhores, das 500 melhores do mundo nós temos três brasileiras e justamente as três universidades paulistas.

É um patrimônio que não podemos perder, mas talvez, e aí volta o PPA, trata-se de construirmos um modelo novo pela situação nova que nós vivemos, mas nós não podemos esquecer e aí, mais uma vez, queria agradecer do fundo do coração o exemplo que cada um e cada uma de vocês nos dão trazendo as sugestões. E registrar, vocês também estão fazendo a história do estado de São Paulo.

Não pensem que é o que é simplesmente de se vir aqui, se anotar e lembrar, mas também estão ajudando a construir não só o orçamento, mas também as políticas públicas do estado, portanto, muito obrigado a vocês que estão para ajudar a construir a história de São Paulo. Muito Obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Vamos passar a palavra para o representante da Secretaria do Planejamento, Dr. Maurício Hoffmann que vem aqui em nome do secretário, o Dr. Marcos Monteiro. Está com a Palavra.

O SR. MAURÍCIO HOFFMANN – Boa tarde amigos, colegas de trabalho. Eu queria lembrar a vocês que sou um funcionário público também, e também sou professor. Nessas circunstâncias eu me sinto à vontade porque sou responsável pela questão das audiências públicas no âmbito do Poder Executivo.

Eu cumprimento vocês dizendo da minha simpatia por esse trabalho e o esforço nosso no sentido de captar o maior e melhor das informações, no sentido de fazer um orçamento mais próximo, mais humano e mais adequado às necessidades dos cidadãos. Eu cumprimento toda a Mesa, em especial aí o nosso presidente, e dizer para vocês que fazer orçamento hoje em dia é uma das tarefas mais difíceis que existem no que diz respeito à gestão pública.

Sabem o por quê? Porque é muito fácil fazer orçamento ou é bem mais fácil quando estamos vivendo um momento de prosperidade econômica. Só queria lembrar também vocês de um aspecto. Nós tivemos a economia que anda em ciclo, e por ciclos de desenvolvimento, depois um ciclo de transição, um ciclo mais difícil como estamos vivendo e uma possibilidade de recuperação que ocorre em médio prazo.

Nós tivemos aqui um volume bastante expressivo de pessoas com muita propriedade fazendo suas reivindicações, mas o nosso desafio é o seguinte, de onde vamos tirar?

O Estado, só para lembrar vocês, e é muito sincero isso, só para lembrar vocês de um aspecto, nós não emitimos moeda, nós não emitimos títulos, nós dependemos da arrecadação, a arrecadação do estado basicamente, não só de estado de São Paulo, mas de todos os estados da federação e até mesmo a federação se baseia no princípio da atividade econômica. A economia cresce, arrecada-se mais, se gasta mais, transfere a atividade pública através de suas políticas ao desenvolvimento, à ação ou à assistência.

No momento difícil, onde estamos percebendo, extremamente difícil a situação com os juros sendo um dos mais altos senão o segundo mais alto do mundo, onde percebemos uma taxa de desemprego assustadora, onde percebemos queda de arrecadação nos três níveis de governo, inclusive no governo federal, onde percebemos nesse momento que quando cai a arrecadação o desemprego também aparece porque a atividade econômica caiu, e nesse momento, irmãos nossos brasileiros, buscam no

poder público uma solução a mais e nós, infelizmente, é nesse momento que temos menos recurso para atender.

Fazer orçamento é desafio, fazer orçamento nos dá gente com certeza, e aí eu falando como amigo de vocês, dá uma gastrite, uma úlcera que não é fácil, porque você acha que alguém no mundo, seja de que governo ou partido é contra dar mais educação, mais cultura, mais atendimento ao cidadão?

Desculpe todos nós estamos imbuídos desse processo. Quando a gente embala mais Metrô, alguém tem noção que custa mais de 150 milhões de dólares o quilômetro? Quando a gente percebe que outros países tem Metrô, mas esse Metrô é fechado no âmbito do governo federal, porque o México e até a França é uma grande região metropolitana, um grande município e em volta são municípios muito menores. No Brasil é diferente, temos grandes polos, São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, todos eles têm Metrô e precisam de Metrô.

A nossa população teve crescimento vegetativo, gente. Às vezes, em anos recentes maiores que o da própria China. Nós tivemos crescimento de pessoas de necessidades e não acompanhamos na nossa fórmula tributária nada que pudesse ir ao encontro dessa necessidade.

Você acha que algum governante no mundo é contra melhorar os salários dos professores? Desculpe isso não existe. A questão é o seguinte, para eu dar mais aqui eu preciso tirar dali, esse é o nosso desafio.

Esse é o nosso desafio de homens públicos que somos como profissionais e funcionários sermos sensíveis porque aquele pouquinho que eu estou dando a mais, eu estou sacrificando aquele que também precisa.

São Paulo é sem dúvida nenhuma o maior orçamento da nação tirando o próprio governo federal, mas nós temos 43 milhões de habitantes, nós somos a grande locomotiva da nação.

E há até comentários que eu achei muito pitorescos quando fala assim, que a participação do estado diminui no conjunto do ICMS nacional. Isso quer dizer que o nordeste está crescendo e essas pessoas que estavam até a pouco defendendo o nordeste

está defendendo que São Paulo concentre mais. Isso me parece um tanto quanto difícil de entender.

Mas eu quero dizer assim, que a Secretaria do Planejamento é um órgão técnico, política se faz em outro departamento e nós nos esforçamos muito para fazer um orçamento mais próximo da realidade, um orçamento que tem uma visão de futuro, que faça com que São Paulo continue a desenvolver. O orçamento desse ano não se encerra nesse ano, ele se remete, se rebate e se reverbera nos anos seguintes.

São Paulo é o estado das três maiores universidades do Brasil, do maior hospital de clínicas do Brasil. São Paulo tem excelência nos maiores centros de pesquisa, vocês sabiam que a pesquisa que nos referenciam nos países desenvolvidos é bancada pela iniciativa privada e no estado é bancada basicamente pela atividade pública?

São dificuldades que nós temos. Vocês sabiam que nós temos e os professores aqui sabem, quase seis milhões de alunos da rede e que é maior que muito país que é citado como exemplo? Nós trabalhamos num primeiro momento na universalização, mas graças a Deus está chegando o momento da especialização, da melhoria e do reconhecimento. É para isso que nós estamos trabalhando, em nome do governo paulista, aí eu pediria mais uma vez um voto de confiança para aqueles que trabalham sério como nós. Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE MAURO BRAGATO – PSDB – Obrigado professor Maurício Hoffmann. E com a fala do representante da Secretaria de Estado de Planejamento nós vamos encerrando a nossa audiência pública sempre lembrando que a preocupação da comissão é procurar ouvir mais, procurar coletar maior número de reivindicações e trabalhá-las quer seja naquilo que se chama plano individual com emenda individual ao orçamento, emenda coletiva das comissões e sempre trabalhando para que as nossas prioridades prevaleçam.

Nós moramos em um país que a demanda é sempre maior, até porque o cobertor é curto, nós temos que trabalhar definindo prioridades. Então eu queria em nome dos colegas membros da comissão agradecer e convidá-los para a audiência pública amanhã de Jundiaí e da próxima sexta-feira em Piracicaba, correto?

Muito obrigado e a Assembleia Legislativa à disposição de todos.

(Aplausos.)

O SR. JORGE MACHADO – Final da quarta audiência pública do orçamento 2016, uma realização da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A todos e a todas o nosso muito obrigado, até a próxima oportunidade para você que está em casa continue acompanhando a programação da TV Assembleia SP. Jorge Machado falando do Auditório Franco Montoro.

* * *